

MOVIMENTOS SOCIAIS, ECOLOGIA DIGITAL, MÍDIAS RADICAIS E AS NARRATIVAS ANTICAPITALISTAS NA ESFERA PÚBLICA ALTERNATIVA GLOBAL.

Juarez Tadeu de Paula Xavier (Brasil),¹
Patrícia Alves Matos Xavier (Brasil).²

Resumo.

Este artigo procura contribuir com o debate sobre a importância dos coletivos culturais produtores de conteúdo anticapitalista, a apropriação da ecologia digital pelos segmentos subalternos, a criação das mídias de oposição à globalização excludente e a articulação da esfera pública alternativa e radical para as recentes manifestações políticas em âmbito planetário. Os dados foram colhidos no primeiro semestre de 2013, em um projeto de conclusão de curso, em veículos com características de jornalismo cidadão [*“Portal Fórum”*, *“Outras Palavras”* e *“Observatório da Imprensa”*]. Os resultados parciais dessa cartografia indicam que essas manifestações herdaram as reivindicações anticapitalistas das décadas anteriores, e amplificaram-nas [pelas vias digitais] nas manifestações políticas que varreram aqueles meses abrasivos, nas principais cidades do mundo.

Palavras chave.

Arranjo Produtivo Local Intenso de Cultura, movimento anticapitalista, mídia radical, esfera pública alternativa e radical.

Abstract.

This article seeks to contribute to the debate on the importance of cultural collective producers of anti-capitalist content, ownership of digital ecology by subaltern segments, the creation of the opposition media to exclusionary globalization and the articulation of alternative and radical public sphere for the recent demonstrations policies in planetary scale. Data were collected in the first half of 2013, on a course completion project in vehicles with citizen journalism characteristics [*"Portal Fórum"*, *"Outras Palavras"* and *"Observatório da Imprensa"*]. Partial these mapping results indicate that these manifestations inherited anti-capitalist demands of previous decades, and amplified in [by digitally pathways] in political demonstrations that swept those abrasive months in major cities worldwide.

Keywords.

Local Productive Arrangement Intense culture, anti-capitalist movement, radical media, alternative public sphere and radical.

Chassi Tecnológico.

Os coletivos de produção de conteúdos em diversas partes do mundo se apropriaram das tecnologias digitais e articularam uma rede de informação que amplia as fronteiras de conhecimento. Esse movimento se intensificou nessas últimas décadas. A disseminação e a capilarização dos Arranjos Produtivos Locais Intensos de Cultura [ApliC] em diversos territórios [físicos e virtuais] favoreceram e pavimentaram as múltiplas vias de escoamentos de novas narrativas sobre as ocorrências e conflitos sociais, nas principais cidades do mundo. Em especial, nas mais conectadas. As trocas de dados, imagens e informações teceram uma rede interpretativa da realidade factual, e estimulam a ação política dos grupos sociais anticapitalistas. Para essas redes de ação política não basta mais interpretar o mundo: experiência acumulada em movimentos “analógicos”. No novo cenário desenhado pelas redes digitais, o objetivo é transformar o mundo, em correspondência com os projetos dos segmentos emergentes, em uma nova cartografia política de alcance mundial.

A constituição desse *chassi tecnológico* favoreceu as ações políticas dos grupos sociais anticapitalistas. O compartilhamento de informações, a troca de experiências e aprendizados, os princípios políticos disseminados e assimilados constituíram um espaço privilegiado de ação política coordenada, e executada em todos os continentes, de forma simultânea, contra os mesmos objetivos [físicos e políticos] e com as mesmas compreensões sobre a magnitude da empreitada. A rede virtual deu as bases materiais para a conexão, formação de redes, encontros e projetos comuns elaborados pelos diversos grupos espalhados pelo mundo. O que era um projeto distante nas décadas anteriores tornou-se realidade: a construção de um espaço de ação política, com capacidade de influenciar nos rumos econômicos e políticos globais. O movimento social que varreu as principais cidades do mundo, de caráter anticapitalista, nasceu nos projetos traçados no levante do estado de Chiapas, ganhou impulso nas estratégias da Ação Global dos Povos, lapidou um perfil global, com a emergência do Fórum Social Mundial, e se materializou, via redes sociais, nas praças, câmpus e cidades, na primeira metade do século 21.

Movimentos anticapitalistas em escala global.

No final da década de 1990, a Ação Global dos Povos [AGP] representou um ponto de inflexão na organização global anticapitalista (Houtart & Polet, 2002). O movimento cresceu na esteira dos acontecimentos registrados no estado mexicano de Chiapas³, e assumiu versão radical, contra as medidas neoliberais⁴, que desmontaram políticas públicas de atenção aos segmentos em condições vulneráveis. Suas táticas baseavam-se em ações diretas de resistência, nas frentes políticas, econômicas sociais e ambientais, e contra o mercado global. Essas táticas substituíram as formas de organização vertical pelas horizontais, na forma de redes conectadas. A articulação transcontinental passou a ser uma plataforma de ação política coordenada. Seu foco de atenção era a Organização Mundial do Comércio⁵ [OMC] que, reunida em maio de 1998, em Genebra [Suíça], conheceu a primeira ação global de oposição às suas orientações econômicas, articulada pelas diversas organizações políticas de esquerda enfileiradas na AGP. Manifestações e ações políticas eclodiram em diversas partes do mundo, no maio agitado daquele ano.

Segundo Andreotti (2009), no teatro das operações políticas, as ações da AGP desenvolveram-se em três estágios sucessivos. No primeiro, a articulação marca sua presença com a consolidação do conceito de multidão, agrupamento de pessoas em ação comum e articulada. No segundo, sua aparição no universo político deu-se de forma mundial, com uma ação comum e articulada [*Dias de Ação Global*], com ações micrológicas de resistência e mobilizações em diversos centros econômicos e políticos. A prática libertária da ação direta ganha às páginas noticiosas de todo mundo. Firmou-se nos horizontes das organizações a ação direta como modo de intervenção na esfera social. O terceiro movimento é a criação dos Fóruns Sociais Mundiais, organizados por ONGs, sindicatos e partidos políticos de esquerda. Nesses movimentos são definidos os princípios que regerão a articulação em mobilizações futuras.

Segundo Andreotti (2009):

Foi sob a inspiração dos Zapatistas que os movimentos antiglobalização tomaram forma e ganharam força, constituindo novas formas de organização e práticas de resistências que emergem no cenário político mundial a partir do ciclo de protestos organizados pela Ação Global dos Povos, que vai de Seattle (1999) à Gênova (2001), culminando nos

Fóruns Sociais Mundiais, agrupados, genericamente, sob o termo movimentos antiglobalização, movimento de movimentos e, mais recentemente, movimento antimundialista (2009: 3).

Para o autor, as diversas ações políticas⁶ de caráter mundial, que rasgaram a década de 1990, desaguaram na organização do Fórum Social Mundial, tendo cinco pilares de sustentação, com características de redes, sem a rigidez das organizações partidárias, mas com o princípio flexível de “livre-adesão”, para a entrada e saída a qualquer momento (Andreotti, 2009: 6).

Em sua versão final, os cinco princípios da AGP indicavam:

1. Uma rejeição muito clara ao capitalismo, ao imperialismo, ao feudalismo e a todo acordo comercial, instituições e governos que promovem uma globalização destrutiva.
2. Rejeitamos todas as formas e sistemas de dominação e de discriminação incluindo, mas não apenas, o patriarcado, o racismo e o fundamentalismo religioso de todos os credos. Nós abraçamos a plena dignidade de todos os seres humanos.
3. Uma atitude de confronto, pois não acreditamos que o diálogo possa ter algum efeito em organizações tão profundamente antidemocráticas e tendenciosas, nas quais o capital transnacional é o único sujeito político real.
4. Um chamado à ação direta, à desobediência civil e ao apoio às lutas dos movimentos sociais, propondo formas de resistência que maximizem o respeito à vida e os direitos humanos dos povos oprimidos, assim como, a construção de alternativas locais ao capitalismo global.
5. Uma filosofia organizacional baseada na descentralização e na autonomia (Andreotti, 2009: 7).

De acordo com os princípios aprovados, em especial, o quinto, que versa sobre as formas de organização, o cenário estava dado para a construção de uma nova forma de organização política global, que sucederia a Ação Global dos Povos.

O Fórum Social Mundial [FSM] estreia no cenário internacional em janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (Leite, 2003). Sua arquitetura, porém,

estava em processo desde 1997, com a realização do Fórum Mundial das Alternativas [FMA]. Por iniciativa do FMA, em 1999, para coincidir com a reunião do Fórum Econômico Mundial [FEM], organizado pelas principais instituições econômicas globais em *Davos*, na Suíça, desde 1971, ocorreu um encontro, precedido de uma coletiva de imprensa, denominado “*Outro Davos*”. Esse encontro foi considerado o precursor do FSM (Andreotti, 2009: 11).

O objetivo central do FSM era a articulação de um espaço político, capaz de concentrar as formas sociais identificadas com os princípios e as mobilizações promovidas pela AGP, na década anterior. Em sua carta de princípios, o FSM propõe, como primeiro ponto programático, a seguinte orientação:

O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estejam empenhados na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda dos seres humanos e destes com a terra. (Andreotti, 2009: 12).

Segundo Whitaker (2005), o FSM é uma síntese das experiências anteriores, promovidas pelas organizações e movimentos sociais, em plano global. Sua primeira edição lançou as bases organizacionais, que se consolidaram nas edições seguintes, e aglutinou as forças políticas e intelectuais, que experimentaram um período de refluxo, desde os acontecimentos de Gênova, em 2001.⁷

O autor, em suas análises, reforça a tese sobre o caráter de o FSM ser um espaço de reflexão e alternativas. Para ele, o objetivo inicial foi criar uma articulação que fosse um contraponto ao Fórum Econômico Mundial de *Davos*. Realizados na mesma data, para confrontar leituras, ideias e projetos, mas, com o ponto de vista da sociedade civil, apontada como um novo ator que surgiu na cena política internacional (Whitaker, 2005).

Para Whitaker (2005), o fórum significou a criação e um ponto de convergência internacional de debate político. Antes as ações eram isoladas e pontuais. Cada

organização fazia seus próprios encontros e definia suas próprias estratégias. O FSM permitiu o compartilhamento de projetos, ações estratégicas e mobilizações comuns.

A forma de organização do fórum favoreceu o reconhecimento e o aprendizado mútuos, com intercâmbio de experiências, convergências e ações comuns, sem perder um dos seus aspectos mais importantes, a diversidade de pontos de vista, ideias e opiniões (Freire, 2005).

As relações horizontais estimularam o debate e o diálogo, para a construção do consenso, e a afirmação do altermundismo, movimentos multiforme, multifacético e diverso. O papel do Conselho Internacional do Fórum é assegurar a pluralidade, nos processos de negociação internas, sem ferir a autonomia das organizações que fazem parte dessa articulação internacional. Sua função é garantir o contraditório (Whitaker, 2005).

Autonomia e autogestão têm”, argumenta Whitaker, “que ser aprendidas, para que possamos superar o infantilismo a que o sistema nos empurra”. Esse exercício é indispensável para o processo de formação política dos envolvidos na construção do projeto de um mundo novo. Um processo permanente de aprendizado. “A experiência de autogerir atividades”, em um espaço atravessado pela diversidade de opiniões, “entre as quais a do ritmo da caminhada de cada um, transforma o Fórum Social Mundial também numa escola de crescimento cidadão (2005: 49).

A arquitetura do Fórum garante Whitaker (2005), ancorada na metodologia participativa, é um ponto essencial do seu êxito. Sua organização horizontal – distinta da do seu congêneres suíço – promoveu cursos e atividades autogestionadas, para os novos aderentes, ação que garante a presença do contraditório e a busca de soluções negociadas, para que os impasses não sejam paralisantes das atividades do FSM.

Fábulas, perversidades e possibilidades de outro mundo.

O palco no qual se dá esse processo de transformação e mudança é líquido (Bauman, 1999). Os grupos sociais que se opõem ao processo da globalização excludente operam em um teatro de conflitos permanentes. Os interesses em jogo atingem o limite das

contradições - econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais. Os segmentos em condições vulneráveis criam linhas de defesas, para assegurarem direitos consagrados. No outro extremo, segmentos sociais ligados ao grande capital auferem mais recursos e riqueza (Klein, 2002). As soluções para tais conflitos são pontuais e limitadas, sem eliminar a contradição fundamental, entre a produção coletiva e a expropriação individual, gerado pela mais valia global (Santos, 2001).

Santos (2001) analisa esse quadro provocado pela globalização excludente. O geógrafo observa que o avanço nas condições de expropriação encontra resistência equivalente por parte dos setores expropriado. Agudizam-se as contradições e os conflitos tendem a se ampliar, com a incorporação dos segmentos médios da sociedade.

A profunda contradição criou as condições materiais para edição de narrativas distintas, sobre a mesma base real. Três ângulos de visão; três possibilidades de leitura; três formas distintas de relatos sobre os processos e mudanças na estrutura social, provocadas pelas mundialização autoritária (Santos, 2001).

Essas três narrativas, segundo Santos (2001), disputam a esfera da opinião pública mundial. São elas: o mundo como fábula, o mundo como perversidade e o mundo como possibilidade. Cada narrativa está ligada a um interesse específico, e a uma estratégia de ação política.

A primeira narrativa – a globalização como fábula – está ligada aos grandes interesses corporativos. Segundo o autor (2001), os processos de controle da informação tomam a esfera pública com o discurso único, unilateral, esvaziado do contraditório. “O mundo tal como nos fazem crer” (18-19), ocupa todo o espaço midiático, com imagens, dados e informações favorecedoras desse processo de globalização. Há um recorte restrito da realidade. Ela é apresentada de forma fatiada. Como pílulas de informações. Os veículos corporativos noticiam a mobilidade dos recursos [mercadorias que inundam o mercado global a preços reduzidos], a mobilidade do capital [possibilidades de investimentos em bolsas de valores em todas as praças], as possibilidades de viagens, por todos os continentes e as facilidades da indústria do turismo [hotéis, restaurantes, parques

temáticos e transportes diversos]. Omitem-se, entretanto, os aspectos negativos dessa situação.

Santos (2001) destaca a tirania da informação e do dinheiro, como lastro para o atual sistema ideológico, de inversão do real. Segundo o geógrafo:

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia. O fato de que, no mundo de hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas –sejam elas a técnica, a produção, o consumo, o poder- explica o porquê da presença generalizada do ideólogo em todos esses pontos. Não é de estranhar, pois, que a realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se inscreve nos objetos e apresenta-se como coisa (Santos, 2001: 39).

Para retroalimentar o sistema, a informação converte-se no seu oposto. Ao invés de informar, desinforma. Ela assume seu caráter despótico, autoritário e violento, e opera um “encantamento do mundo”, com uma retórica e discursos com dois rostos: um que busca instruir e outro que procura convencer, função atribuída à publicidade (Santos, 2001: 39).

O real se revela fragmentado para o consumo. As percepções sobre os complexos problemas políticos, econômicos, sociais e culturais aparecem para o observador comum como fragmentos, desconexos, desvinculados da sua realidade factual. Impõe-se o discurso único como mediação da realidade social, “um discurso único do ‘mundo’, com implicações na produção econômica e nas visões da história contemporânea, na cultura de massa e no mercado global” (Santos, 2001: 45).

Essa cobertura dos eventos sociais abre espaço para a narrativa do mundo como ele é. A globalização como perversidade, segundo Santos (2001), e com todas suas consequências e implicações: desemprego estrutural, com o fechamento de postos de trabalho, o empobrecimento relativo e absoluto em grandes áreas do território, a perda do poder de compra do salário médio em países com históricos de políticas públicas e

sociais, o aumento das doenças e das enfermidades, e a extensão da fome e miséria para segmentos sociais outrora assistidos pelo estado de bem estar social. Na ponta do processo, explodem as manifestações racistas e de intolerância à diferença, e ao estrangeiro.

Deixa-se de ser pobre em um lugar para ser pobre em outro. Nas condições atuais, é uma pobreza quase sem remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego, como também, pela redução do valor do trabalho. É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, apresentado como o país que tem resolvido um pouco menos mal a questão do desemprego, mas onde o valor médio do salário caiu. E essa queda do desemprego não atinge igualmente toda população, porque os negros continuam sem emprego, em proporção talvez pior do que antes, e as populações de origem latina se encontram na base da escala salarial (Santos, 2001:73).

Porém, no caldeirão dessas diversidades e contradições desenham-se as possibilidades de superação desse quadro. Os movimentos sociais –que iniciam uma caminhada em direção à unidade de suas ações no plano global- assumem mais musculatura política e organizacional. Os problemas estruturais que eram limitados a um ponto geográfico estendem-se para todos os países, com a expansão do capital e da globalização autoritária e excludente. A crise arrasta para o palco principal segmentos sociais que assistiam à distância a desestruturação das condições de vida de parte significativa da população.

“No plano teórico”, analisa Santos, “o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, em um novo grande relato”. No plano material, pela primeira vez na história, o novo discurso ganha relevância, em razão da “existência de uma universalidade empírica”, que dá base para as construções de novas narrativas, de novas possibilidades, para “uma outra globalização” (2001: 21).

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa de que falamos acima. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. Parece que as condições históricas do fim do século XX apontavam para essa última possibilidade. Tais novas condições tanto se dão no plano empírico quando no plano teórico (Santos, 2001: 20).

Às estratégias políticas elaboradas ao longo da década de 1990, de ampliação em escala global das ações anticapitalistas, somam-se as condições empíricas que deram base a essa globalização excludente: a unicidade técnica, que constituiu uma familiaridade tecnologia, e possibilitou a aceleração da informação e das conexões, a convergência de momentos, que permitiu a confluência do “tempo real” com a “interdependência e solidariedade do acontecer”, com a simultaneidade das ações globais, o motor único, com a voraz expropriação da “mais-valia universal”, que unifica mercados, sonhos e projetos, e a cognoscibilidade do planeta, que ofereceu a oportunidade de conhecer o mundo de forma “extensiva e aprofundadamente”. Segundo Santos (2001):

Com essa grande mudança na história, tornando-nos capazes, seja onde for, de ter conhecimento do que é o acontecer do outro. Nunca houve antes essa possibilidade oferecida pela técnica à nossa geração de ter em mãos o conhecimento instantâneo do acontecer com outro. Essa é a grande novidade, o que estamos chamando de unicidade do tempo ou convergência do momento. A aceleração da história, que o fim do século XX testemunha, vem em grande parte disto. Mas a informação instantânea e globalizada por enquanto não é generalizada e veraz porque atualmente [ela é] intermediada pelas grandes empresas de informação (2001: 28).

Contraditoriamente, as bases empíricas para a construção da globalização excludente serviram de *chassi tecnológico* para a apropriação, pelos movimentos sociais e políticos, da ambiência tecnológica, e para a edição de novas narrativas, que questionam as bases desse processo e reivindicam mudanças estruturais. A cognoscibilidade do planeta – “dato essencial à operação das empresas e à produção do sistema” – tornou-se o demiurgo para os movimentos anticapitalistas que, ao se apropriarem das bases tecnológicas que formam a ecologia digital, constituíram mídias radicais que impulsionaram as ações diretas em diversas partes do mundo de forma simultânea.

O discurso único produzido pelas grandes empresas de comunicação –concentração midiática e propriedade cruzada dos veículos- desarticula as bases de sustentação da esfera pública do debate de opiniões. Elimina-se o contraditório e a diversidade dos pontos de vista. As opiniões divergentes não encontram eco nesse ambiente. Os movimentos sociais e políticos de oposição têm bloqueado seu acesso a essa esfera, e não conseguem fazer parte do debate político de temas estruturais. Condicionam-se as narrativas e se corrói os fundamentos de debate público e da democracia (Rancière,

2014). Nesse ambiente condicionado pelo discurso único e unidimensional, as organizações sociais e políticas lançam mão de novas ferramentas e instrumentos de comunicação, articulam suas próprias mídias, em sintonia com suas visões de mundo e projeto político, ambiente propício para a emergência das mídias radical.

Segundo Downing, mídia radical é, geralmente, um dispositivo de comunicação produzido em baixa escala, com formatos diferentes, que “expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (2002: 21). Seus articuladores são atores políticos em conflito com o *status quo* dos gestores do estado.

Para o autor, a tapeçaria discursiva inclui discursos públicos, danças, anedotas, canções, grafites, vestuário, teatro popular, teatro de rua, arte performática, *culture-jamming*, produção impressa, xilogravuras, gravuras satíricas, volantes, fotomontagem, cartazes, murais, rádios, filmes, vídeos, e todos os conteúdos editados por organizações sociais divergentes, contra o poder político vigente. Nessa tapeçaria, todos os suportes que veiculam conteúdos informativos críticos ao sistema hegemônico se enquadram no conceito de mídia radial. Downing (2002: 27-30) aponta dez características fundamentais dessa mídia, que a distingue das demais.

1. As mídias corporativas e de negócio, mesmo quando alternativas a alguma outra, não fazem parte da categoria de mídia radical.
2. A mídia radical, dependendo do ponto de vista do observador ou ativista, pode representar forças negativas, bem como forças construtivas.
3. Em certas circunstâncias, a mídia radial pode incluir a mídia da minoria étnica, a mídia religiosa, e os diversos micros veículos editados pelas comunidades.
4. A mídia radical pode, em determinados momentos, atrapalhar-se pelo seu radicalismo, e afetar a eficácia da sua expressão.
5. Quando forçada a situação de clandestinidade, a mídia radical pode assumir posição binária [contra ou a favor disto ou daquilo].
6. A mídia radical tem uma enorme variedade de formatos.
7. As mídias radicais têm aspectos em comum, de romper as regras, mesmo quando não rompem com todas, em todos os aspectos.
8. As mídias radicais são em geral de pequena escala, com poucos recursos, às vezes com vida curta, dotadas geralmente de humor inteligente.

9. A mídia radical serve-se, em geral, a dois propósitos: no plano vertical, expressar oposição direta a estrutura de poder político, pelos segmentos subalternos; no plano horizontal, expressar solidariedade às ações políticos dos demais segmentos subalternos, em conflito com o poder político, econômico e social.
10. A mídia radical tende a ser mais democrática em sua organização interna, em condições políticas normais, do que sua congênere comercial.

No aspecto técnico, a mídia radical é uma base de inovação e invenção: *no estilo*, quando rompe com o conceito de neutralidade axiológico da cobertura [ela é uma mídia posicionada]; *na estrutura narrativa*, ao romper com a noção de começo, meio e fim [ela pode articular o discurso em forma de bricolagem]; e *no sistema de condificação*, ao incorporar elementos narrativos da cultura popular [ela pode adotar uma linguagem que rompe com a normalidade narrativa da grande mídia]. Entretanto, no aspecto político, a mídia radical marca um distanciamento extremo com a mídia convencional.

Downing (2002) destaca a importância da audiência ativa. A mídia radical provoca a audiência à ação. Ela tira os espectadores/ouvintes/internautas da passividade, e estimula a ação em rede. Um núcleo de produção de conteúdo conecta-se a outro núcleo e, aos poucos tecem uma rede de informação ativa, propositiva, implicadora de transformação. Essa rede, em oposição à rede hegemônica, caracteriza-se como “esfera pública radical e alternativa”. Potencializada pela unicidade técnica, pela convergência de momentos, pelo motor único da mais-valia global e pela cognoscibilidade do planeta, essa esfera pública alternativa e radical assume dimensões globais e propicia, aos movimentos sociais anticapitalistas, as condições empíricas para uma ação mundial, simultânea e sincronizada contra o capital internacional e seus agentes.

Cidades rebeldes e abrasivas

As manifestações políticas do abrasivo primeiro semestre de 2013 demonstraram sintonia política (Zizek, 2012): as bases das reivindicações eram as mesmas: insatisfação com os resultados sociais do neoliberalismo e das ações das instituições

financeiras; e sintonia organizativa, com base nas ações direitas, mecanismos de autodefesa, ataques aos símbolos do capitalismo especulativo, contra o controle da informação. Nas grandes e médias [em alguns casos nas pequenas] cidades rebeldes, os manifestantes se multiplicaram e suas ações alteraram a gramática local, com impactos nas diversas esferas: econômica, política, social, cultural e de gestão (Vainer, 2013).

Nos seis primeiros meses daquele ano, a pesquisa⁸ em tela rastreou as principais manifestações nas principais cidades do mundo⁹, a partir do acompanhamento das coberturas feitas por veículos sem vínculos com os grandes monopólios, e no Brasil, nas plataformas dos veículos que exercem o jornalismo cidadão: “Portal Fórum¹⁰”, “Outras Palavras¹¹” e “Observatório da Imprensa¹²”. O objetivo foi verificar os registros informativos a partir do conceito de “objetividade” (Meyer, 1989) [atribuição de fontes, os dois lados das notícias, proporcionalidade no relato e acesso ampliado ao conteúdo produzido] e as singularidades dos fenômenos jornalísticos, como forma de produção de um conhecimento válido sobre a realidade (Genro Filho, 1987).

A articulação dos dados apurados formou três núcleos densos principais: a) A cobertura feita pelos veículos que exercem o jornalismo cidadão produziu mais unidades informativas [notas, notícias, entrevistas e reportagens], em correspondência com a realidade factual, e gerou mais conhecimento sobre o fato; b) A pauta política do movimento tinha elementos comuns em todas as manifestações, nos aspectos gerais de combate às consequências da globalização excludente, em harmonia com as linhas gerais das cartas de princípios da AGP e FSM; c) O chassi infraestrutural formado pela rede mundial de computadores –e as redes sociais- foi o meio principal da difusão de informações, pelas características de “convergência de momentos” e “cognoscibilidade do planeta”, que deu unidade política às ações promovidas pelos diversos movimentos sociais, polinizadas pela esfera pública radical.

A ecologia digital [coletivos de produção de conteúdo anticapitalista, redes de conexões, apropriação dos recursos digitais e portáteis] favoreceu a disseminação ampliada das propostas políticas, e permitiu aos movimentos abrirem brechas informativas no muro erguido pela concentração dos meios e propriedades cruzadas dos veículos hegemônicos.

A apropriação e ressemantização dos recursos tecnológicos e digitais pelos Arranjos Produtivos Locais Intensos de Cultura, alinhados às políticas articuladas nos espaços anticapitalistas de alcance global, deram as condições empíricas para a difusão dos objetivos políticos e táticos das manifestações ocorridas em todos os continentes, no início da segunda década do século XXI.

Considerações Finais.

Os movimentos sociais dos anos de 1990 procuraram ampliar a articulação política para além das fronteiras nacionais. As políticas neoliberais adotadas na Inglaterra [governo de Margaret Thatcher de 1979 a 1990] e nos Estados Unidos [governo de Ronald Reagan de 1981 a 1989] na década anterior, foram exportadas para os países da América Latina e África, como mecanismo para retomada do pagamento dos juros da dívida externa. A receita para desmontar as frágeis políticas públicas de atendimento social, em áreas prioritárias como saúde, educação, moradia e assistência social, com agressivos processos de privatização, acendeu a crítica ao modelo desenhado nas pranchetas das instituições econômicas internacionais, como Banco Mundial [BM] e o Fundo Monetário Internacional [FMI], e difundidos nos *think tanks* corporativos: Fórum Econômico Mundial [FEM] e Consenso de Washington.

No México, a população da região do estado de Chiapas sublevou-se e desencadeou uma série de ações políticas contrárias às orientações dos grandes centros gestores do capital internacional. A segunda metade da década de 1990 assistiu aos esforços e tentativas de articulação de projetos políticos internacionais, como a construção da Ação Global dos Povos [AGP]. Os Fóruns Sociais Mundiais – consolidados nas décadas seguintes- decolaram da plataforma montadas por esses movimentos. As tentativas eram, porém, ainda limitadas pelas fronteiras físicas. Os encontros e plenárias eram ainda pautados pelas experiências analógica, presencial e de produção de conteúdo em pequena escala. A expansão da infraestrutura da globalização excludente [de forma

contraditória], com o cabeamento dos continentes, para aceleração da mobilidade do capital, contribui para a alteração desse cenário.

A infraestrutura digital formada pela conexão mundial dos computadores, na periferia do sistema, foi apropriada por coletivos produtores de conteúdos anticapitalistas. Esses espaços retroalimentaram os debates promovidos em eventos anteriores, e amplificaram sua capacidade de difusão. As redes sociais e os *softwares* livres formaram as grandes vias de escoamento dessas ideias e conceitos, e redirecionaram o rumo da esfera pública de opinião. Apropriada pelos movimentos sociais, essa mesma infraestrutura formou o *exoesqueleto* das novas mídias radicais [produtores de informação contra o *status quo* mundial], da nova esfera pública alternativa e radical e dos enfrentamentos sociais de resistência à globalização autoritária.

Os movimentos sociais de 2013 foram o desdobramento político dessa longa gestação política. Nas principais cidades do mundo ecoaram as reivindicações formuladas desde a década de 1990 nos mais importantes fóruns políticos organizados pelos movimentos anticapitalistas. As propostas contra a segregação, a exclusão, o racismo, o machismo, a homofobia e a supremacia do capital sobre os interesses humanos fundamentais ganharam as ruas, em plataformas impressas [folhetos, boletins, jornais, pichações e grafites], eletrônicas [rádios e TV livres] e digitais [celulares e tablets], e montaram uma grande rede de cobertura, em tempo real, que rivalizou e pautou, em diversos momentos, os grandes veículos corporativos.

Armados com celulares, câmeras, *tablets*, ativistas capturaram, editaram e divulgaram textos, imagens e sons que, pela diversidade de ângulos, falas e imagens aproximaram suas narrativas de uma realidade factual, representada nos confrontos de rua¹³. Nas disputadas das narrativas pela esfera pública de opinião, as mídias radicais prevaleceram, como protagonistas principais, no processo que começou nas décadas passadas.¹⁴

Os dados apurados no processo de mapeamento dos Arranjos Produtivos Locais Intensos de Cultura [Aplic] – em andamento no Núcleo de Estudos e Observação em Economia Criativa [NeoCriativa] - sinalizam que as mídias radicais [edição de conteúdo

anticapitalista], mais do que tentar ajudar a interpretar o mundo [produção de conhecimento válido sobre a realidade], querem contribuir para transformá-lo [construção de um mundo possível], em sintonia com os projetos dos novos atores sociais subalternos, combativos, radicais e, acima de tudo, conectados em rede.

R
y
P

Referências Bibliográficas.

Andreotti, B. (2009) *Os dias de ação global e os fóruns sociais mundiais: resistências e governabilidades*. Paraná: I Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR. <disponível: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT4/EixoIII/dias-acao-global-BrunoAndreotti.pdf>>. Acesso: 1º/12/2014, às 16h51.

Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

Byrne, J. (2012). *The occupy handbook*. Nova Iorque: Back Bay Books.

Downing, J. D. H. (2002). *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.

Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê.

Houtart, F. & Polet, F. (2002) *O outro Davos: mundialização de resistência e de lutas*. São Paulo: Cortez.

Klein, N. (2002). *No logo: o poder das marcas*. Portugal: Relógio D'Água.

Leite, J. C. (2003). *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Meyer, P. (1989). *A ética do jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Rogers, S. (2013). *Occupy protests around the world: full list visualized*. The Guardian. <http://www.theguardian.com/news/datablog/2011/oct/17/occupy-protests-world-list-map?newsfeed=true>. Acesso: 11/12/2013, às 15h34.

Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record.

Vainer, C. (org.). (2013). *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo.

Whitaker, F. (2005) *O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Zizek, S. (2012) *O ano que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Editora Boitempo.

¹ Professor doutor do curso de jornalismo da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; coordenador do Núcleo de Estudos e Observação em Economia Criativa [NeoCriativa]; pesquisador do Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã [Lecotec].

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento [PPTVD] da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; pesquisadora do Núcleo de Estudos e Observação em Economia Criativa [NeoCriativa]

³ Em 1º de janeiro de 1994, no Estado de Chiapas, o Exército Zapatista de Libertação Nacional [EZLN] comandou a sublevação contra o Acordo de Livre Comércio Norte-Americano [Nafta], entre o México, Estados Unidos da América e Canadá, no dia em que ele entrou em vigor. Os rebelados lutavam por trabalho, terra, moradia, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. O ato teve dimensão internacional, e o conflito foi acompanhamento em todo o mundo. No dia 12 de janeiro, o governo decretou cessar-fogo unilateral.

⁴ Em 1989, na cidade de Washington [EUA], ocorreu um encontro convocado pelo *Institute for International Economics*, intitulado “*Latin American Adjustment: how much has happened?*”, com recomendações que objetivavam a ampliação do alcance das políticas neoliberais no continente. O evento ficou conhecido como “O consenso de Washington”, expressão cunhada pelo economista John Williamson. O receituário propunha, entre outras medidas, disciplina fiscal, reforma fiscal e tributária, privatização de empresas estatais, abertura comercial e econômica e desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas.

⁵ A Organização Mundial do Comércio [OMC] foi criada em 1995, com o objetivo de definir regras e normas para estabelecer entendimento entre os países que a compõem e as instituições que atuam no campo econômico. Sua sede fica em Genebra [Suíça]. Ela substituiu o Acordo Geral de Tarifas e Comércio [GATT], criado em 1947, que estabelecia regras para o livre comércio.

⁶ **1994**: insurgência do Exército Zapatista de Libertação Nacional [EZLN]; **1996**: convocação do 1º Encontro pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo; **1997**: 2º Encontro pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo; **1998**: em Genebra, lançamento da coordenação mundial de resistência contra o mercado globalizado; **1999**: mobilização anticapitalista em Seattle e realização da Conferência de Bangalore/Índia, que substituiu “antiliberalismo” por “anticapitalismo”; **2001**: realização da Conferência de Cochabamba/Bolívia, que consolidou os princípios articulados em Bangalore.

⁷ Foi assassinado pela polícia o ativista Carlo Giuliani, de 23 anos, durante os atos contra o G8, realizada na cidade de Gênova, entre os dias 19 e 21 de julho de 2001. O jovem foi atingido por um tiro de pistola, e em seguida foi atropelado duas vezes, pelo mesmo veículo.

⁸ Pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Neto – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac) – discente Márcia Tiemi da Silva Matsumoto – orientação: prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier. Trabalho apresentado e aprovado no primeiro semestre de 2014.

⁹ Foram mapeadas as manifestações realizadas sob a bandeira “*Occupy*” (BYRNER, 2012) em veículos da África do Sul, Alemanha, Argentina, Armênia, Austrália, Barém, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Chipre, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Croácia, Dinamarca, Egito, Eslováquia, Espanha, Estônia, Equador, França, Filipinas, Finlândia, Guatemala, Grécia, Holanda, Honduras, Hungria, Índia, Indonésia, Islândia, Israel, Irlanda, Itália, Japão, Kosovo, Macedônia, Malásia, México, Mongólia, Montenegro, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Panamá, Paquistão, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Dominicana, República Tcheca, Romênia, Rússia, Sérvia, Suécia, Suíça, Taiwan, Tunísia, Turquia e Uruguai.

¹⁰ “Portal Fórum” <http://www.revistaforum.com.br/>. Acesso: dia 06/12/2014, às 21h32.

¹¹ “Outras Palavras” <http://outraspalavras.net/blog/>. Acesso: 06/12/2014, às 21h35.

¹² “Observatório da Imprensa” <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>. Acesso: 06/12/2014, às 21h36.

¹³ Mídia Ninja <https://ninja.oximity.com/>. Acesso: 05/12/2014, às 14h23. Mídia Negra <https://pt-br.facebook.com/MidiaNegra>. Acesso: 04/12/2014, às 8h21.

¹⁴ Centro de Mídia Independente <http://www.midiaindependente.org/>. Acesso: 06/12/2014, às 22h57.